

O SISTEMA PLURIPARTIDÁRIO DE 1945-1965 NO PARANÁ: UMA ANÁLISE DOS PARTIDOS POLÍTICOS, GOVERNOS E DAS ELEIÇÕES NO ESTADO¹

Alessandro Batistella²

Resumo: O presente artigo pretende analisar, em um primeiro momento, o processo de redemocratização de 1945 no Paraná e o processo de formação dos principais partidos no estado. Em um segundo momento, o foco de análise será o sistema político-partidário no Paraná entre os anos de 1945-1965, enfatizando: a) as principais disputas políticas e as eleições realizadas no estado no período em foco; b) os fatores que levaram a determinadas coalizões ou rompimentos políticos durante os governos de Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961), Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) e Ney Braga (1961-1965); e c) refletir acerca das repercussões das crises políticas de 1961 e 1964 no Paraná.

Palavras-chave: Partidos políticos; eleições; Paraná.

THE 1945-1965 MULTIPARTY SYSTEM IN PARANÁ: AN ANALYSIS OF POLITICAL PARTIES, GOVERNMENTS AND STATE ELECTIONS

Abstract: This article analyzes, in the first instance, the 1945 democratization process in Paraná and the process of formation of the major parties in the state. As a second step, the focus of the analysis will be the political party system in Parana between the years 1945-1965 emphasizing : a) the main political disputes and the elections held in the state in the period in question ; b) the factors that led certain coalitions or political disruptions during the governments of Moses Lupion (1947-1951 and 1956-1961), Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) and Ney Braga (1961-1965); and c) it thinks over the repercussions of the political crisis of 1961 and 1964 in Paraná.

Keywords: Political parties; elections; Paraná.

A redemocratização de 1945 no Paraná e a formação dos partidos políticos

Em 1945, embora o governo Vargas contasse com o apoio de uma expressiva parcela da população brasileira, sobretudo os trabalhadores urbanos, no início de 1945 o fim do Estado Novo e a volta do país ao regime democrático mostravam-se inevitáveis. Sofrendo pressões internas e externas, o governo Vargas buscou planejar e conduzir o

¹ O artigo foi adaptado da minha tese de doutorado, intitulada "O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)".

² Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do curso de História da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: alessandrobatistella@yahoo.com.br

processo de transição pelo alto. Dessa forma, o governo, a 28 de maio de 1945, decretou a chamada Lei Agamenon (ministro da Justiça da época), no qual marcou as eleições para o dia 2 de dezembro e regulamentou o novo código eleitoral e os requisitos para a formação dos partidos políticos. A grande inovação da referida lei era a obrigatoriedade, pela primeira vez na história republicana, da formação de partidos de caráter nacional³.

Durante o período pluripartidário de 1945-1965, os três principais partidos políticos brasileiros – excluído o PCB, novamente posto na ilegalidade em 1947 – foram o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), três partidos que já estavam se articulando antes mesmo da promulgação da Lei Agamenon e que são considerados como “criaturas de Vargas”, uma vez que gravitavam – de maneiras distintas – em torno da figura do então ditador estadonovista.

A UDN surgiu como uma grande frente liberal-democrática de oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Inicialmente, aglutinava grupos políticos bastante heterogêneos – quando não antagônicos – unidos em torno da reconquista das liberdades democráticas, do combate a um inimigo comum – o ditador estadonovista – e do apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes na sucessão presidencial.

No Paraná, em fevereiro de 1945 os grupos opositores a Getúlio Vargas no estado começaram a articular a Frente Única do Paraná, que reunia, entre outros nomes, o major Plínio Tourinho, Joaquim Pereira de Macedo (que representavam o grupo dos ex-aliados de Getúlio marginalizados depois de 1930), Laerte Munhoz, Arthur Ferreira dos Santos (que representavam o grupo dos oligarcas que foram alijados do poder após 1930), Erasto Gaertner, Francisco de Paula Soares Neto, Otávio da Silveira, o intelectual David Carneiro e o engenheiro Othon Mader.

No início de março de 1945, a Frente Única do Paraná é lançada oficialmente, dando início a uma campanha sistemática à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes e à volta do Território do Iguazu⁴ à jurisdição do Estado do Paraná (*Gazeta do Povo*, 10 mar. 1945: 3). No final de maio, a Frente Única ingressou na UDN (*Gazeta do Povo*, 31 maio 1945: 5). Portanto, a Frente Única foi o germe da UDN no Paraná.

³ Aqui não podemos deixar de mencionar uma exceção: fundado em 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi o único partido político de caráter nacional existente no país antes de 1945.

⁴ Criado em 1943, o Território Federal do Iguazu submetia-se diretamente ao governo federal, abrangendo a região dos municípios paranaenses de Foz do Iguazu, Iguazu e Clevelândia, além da região oeste de Santa Catarina. Como se tratava de uma região de fronteira internacional, o Território do Iguazu foi criado sob a justificativa da manutenção da integridade e segurança nacional.

No entanto, não tardou para que houvesse as primeiras cisões no seio dessa grande coalizão oposicionista. Um dos primeiros grupos a romper com a UDN foi a Esquerda Democrática, em agosto de 1945. Formada por políticos e intelectuais socialistas e antigetulistas, a Esquerda Democrática daria origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), no início de 1946. Posteriormente, as dissidências udenistas também deram origem a outros pequenos partidos (todos partidos de menor representatividade em nível nacional e mais ou menos fortes em determinados estados da federação), como o Partido Libertador (PL), o Partido Republicano Progressista⁵ – que em junho de 1946 daria origem ao Partido Social Progressista (PSP)⁶ – e o Partido Republicano (PR)⁷, organizado em 1946. Desses pequenos partidos citados, apenas o PR lograria notoriedade política no Paraná, alcançando o posto de quarto principal partido do estado durante a década de 1950.

Com sua gênese relacionada aos movimentos políticos da Igreja Católica no início dos anos 1930, o Partido Democrata Cristão (PDC) teve uma origem distinta dos demais partidos do período, uma vez que não era uma “criatura” de Vargas. Com as suas principais bases políticas ancoradas nos “estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro” (FLEISCHER, 1981: 58), o PDC cresceu significativamente, em âmbito nacional, a partir do final da década de 1950 – inclusive elegendo um presidente da República, Jânio Quadros, nas eleições de 1960.

Conforme Luiz Werneck Vianna (1981: 135), após a Segunda Guerra Mundial o PDC emergiu em países católicos europeus e latino-americanos (como a Itália e o Chile) como um partido reformista, defendendo um “capitalismo social” – de acordo com a *Rerum Novarum* de 1891 – que se tornou atraente para setores da classe média, pequenos proprietários rurais e urbanos, camponeses e operários. Entretanto, no Brasil, o PDC foi um partido conservador e geralmente contrário à modernização, que não contou com o apoio institucional da Igreja e nem dos trabalhadores do campo –

⁵ O Partido Republicano Progressista, registrado em novembro de 1945, foi formado pelo ex-interventor de São Paulo Adhemar de Barros, em fusão com o grupo de João Café Filho, do Rio Grande do Norte. Como Adhemar de Barros era visto com extrema desconfiança dentro da UDN por ser um ex-aliado de Getúlio, foi colocado à margem dentro do partido pelas lideranças udenistas de São Paulo (SAMPAIO, 1981: 175-176).

⁶ Em junho de 1946, o Partido Republicano Progressista fundiu-se com outros dois pequenos partidos de origem paulista (o Partido Popular Sindicalista e o Partido Agrário Nacional), dando origem ao Partido Social Progressista (PSP) (SAMPAIO, 1981: 176).

⁷ O Partido Republicano tem as suas raízes nos antigos PR's da República Velha e aglutinava os remanescentes das antigas oligarquias estaduais do pré-1930. Em nível nacional, seu líder máximo era o ex-presidente Arthur Bernardes, cuja morte, em 1955, marcou o início do declínio do partido (FLEISCHER, 1981: 60-61).

apropriados pelo PSD – e dos centros urbanos – que votavam no PTB –, constituindo-se, assim, em um partido das camadas médias e das elites urbanas dos estados industrializados (VIANNA, 1981: 170-171). Assim, “apesar da sua fraseologia ‘democrata-cristã’, o PDC se desfez da sua identidade, confundindo-se com a UDN” – uma espécie de “UDN católica”, conforme denominou Gláucio Soares (1981).

Outros dois partidos significativos no período pluripartidário de 1945-1965 – e cujas origens não remetem à oposição ou ao apoio a Vargas – foram o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PRP era liderado por Plínio Salgado e defendia a mesma bandeira da Ação Integralista Brasileira (AIB) na década de 1930. Por sua vez, o PCB, de origens bem mais antigas aos demais partidos do período, em 1945, sob a liderança de Luís Carlos Prestes e na legalidade, emergiu no cenário político-partidário brasileiro como um partido de massas. No Paraná, o PCB, cuja existência data desde a década de 1920, também aproveitou a conjuntura da redemocratização para se reorganizar⁸.

Já do lado das forças getulistas de continuísmo ocorreu um processo de formação de duas correntes distintas: PSD e o PTB, “que trariam em suas estruturas e bases organizativas resquícios do Estado Novo” (DELGADO, 1989: 27-28). De uma forma geral, o PSD aglutinou os interventores federais, os integrantes da máquina administrativa dos governos federal e estaduais, além de segmentos das oligarquias estaduais, da burguesia e das classes médias urbanas. Dessa forma, o PSD nasceu com uma sólida estrutura organizacional e uma rede clientelista em todos os estados da federação (DELGADO, 2003: 138-139), o que permitiu ao partido lograr êxitos eleitorais.

No Paraná, o PSD foi articulado pelo interventor Manoel Ribas e por integrantes dos altos escalões da máquina administrativa estadual, como o Major Fernando Flores, Roberto Glaser, Angelo Lopes, João Teófilo Gomy Júnior, Lauro Sodré Lopes, os irmãos Flávio Guimarães, Alô Guimarães e Acyr Guimarães – jornalista proprietário do jornal *Gazeta do Povo* –, entre outros.

Considerado um partido clientelista, com forte penetração no meio rural, e intimamente ligado à burocracia federal, o PSD, no que tange à sua orientação política, é classificado como um partido conservador que “representava os interesses das oligarquias agrícolas e do grande capital financeiro” (FLEISCHER, 1981: 59). Assim, a

⁸ Sobre o PCB no Paraná nesse período, ver Codato & Kieller (2008).

definição do formato do PSD praticamente estabeleceu os contornos do outro partido “situacionista”: ele deveria reunir as lideranças sindicais que também vinham resistindo ao projeto de uma só organização partidária. Desse modo, o PTB ancorou suas bases a partir da estrutura do Ministério do Trabalho, utilizando-se das lideranças sindicais e dos organismos previdenciários (GOMES, 2005: 283). Elegendo os sindicatos como o seu principal local de atuação, o objetivo do PTB era atrair e mobilizar as camadas populares, principalmente nos grandes centros urbanos, para a órbita do partido, apresentando-se como a agremiação partidária que levaria os trabalhadores a alcançar os seus direitos.

No Paraná, o PTB teve sua origem diretamente relacionada ao sindicalismo oficial, pois o partido surgiu da União dos Trabalhadores do Paraná (UTP), que era uma intersindical corporativista que aglutinava diversas federações e sindicatos de todo o estado. A UTP foi arquitetada pelo interventor Manoel Ribas e por políticos ligados à burocracia estatal, que articularam com os líderes sindicais estadonovistas a criação da entidade cujo objetivo era canalizar o sindicalismo ligado ao Estado Novo em uma frente de defesa do legado trabalhista de Getúlio Vargas. Entre os principais líderes da União dos Trabalhadores do Paraná estavam os sindicalistas Lúcio de Freitas (presidente da UTP), Maximino Zanon, João Tavares Santana, Alfredo Santana Ribeiro e Bernardino Fialho Sobrinho.

No dia 8 de julho de 1945, a UTP se converteu no PTB paranaense após uma grande convenção estadual realizada na Sociedade Duque de Caxias, em Curitiba. Nessa oportunidade, ficou definida a primeira Comissão Executiva do PTB no Paraná, que seria presidida por Maximino Zanon.

Contudo, Vargas foi deposto no dia 29 de outubro por um golpe militar encabeçado por Dutra e Góes Monteiro. Provisoriamente, a presidência da República foi ocupada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares. Com a queda de Vargas, Manoel Ribas também caiu no início de novembro, passando o cargo de interventor do estado ao desembargador Clotário de Macedo Portugal, cuja principal missão era garantir as eleições de dezembro.

Jorge Ferreira (2003a: 40) lembra que, em meados de novembro, a vitória o Brigadeiro Eduardo Gomes era dada como certa, sobretudo porque Dutra não gozava de popularidade junto aos setores populares por estar envolvido na deposição de Vargas, que, ressentido, recusava-se a apoiar o general. Entretanto, o Gen. Dutra conseguiu reverter a sua situação nas últimas semanas antes do pleito, sobretudo em virtude do

apoio público de Vargas, que divulgou, no dia 25 de novembro, um manifesto ao eleitorado brasileiro no qual os aconselhava a votar em Dutra

Tal manifesto foi, sem dúvida, decisivo para a vitória do Gen. Dutra, que obteve 55% dos votos contra 35% do Brigadeiro Eduardo Gomes e 10% do comunista Yedo Fiúza (FAUSTO, 2006: 220). No Paraná, apoiado pelo PSD e pelo PTB, Dutra venceu com uma ampla margem de votos (70,1%), ao passo que o Brigadeiro Eduardo Gomes conquistou 26,1% dos votos e Yedo Fiúza apenas 3,5% (IPARDES, 1989: 9).

Nas eleições para o Senado, a vitória ficou com os dois candidatos pessedistas, Flávio Guimarães e Roberto Glaser, que obtiveram uma ampla votação, superando, inclusive, as candidaturas de Getúlio Vargas⁹ (PTB) e de Luís Carlos Prestes (PCB). Para a Câmara dos Deputados, o PSD também se sagrou amplamente vitorioso, elegendo seis dos nove deputados federais do Paraná, ao passo que a UDN conquistou duas cadeiras e o PTB elegeu somente um deputado: Getúlio Vargas¹⁰ (IPARDES, 1989: 110). Portanto, as eleições de 1945 no Paraná demonstram algumas tendências já observadas em nível nacional, como a força da máquina partidária do PSD, o grande vitorioso dessas eleições, que contava com uma sólida estrutura administrativa e clientelista no interior do estado.

A ascensão de Moysés Lupion na política paranaense e as eleições de 1947

O ano de 1946 foi bastante agitado nos círculos políticos paranaenses. Logo no início do ano (no final de janeiro) ocorreu o falecimento do ex-interventor e presidente do PSD do Paraná Manoel Ribas, o mais cotado para vencer as eleições para o governo do estado em 1947. Em seguida, o interventor Clotário Portugal, considerando sua missão encerrada, decidiu exonerar-se do cargo. Para substituí-lo, o presidente Dutra nomeou o advogado pessedista Brasil Pinheiro Machado, que assumiu o governo em 25 de fevereiro de 1946. De acordo com o jornalista Samuel Guimarães da Costa (1994: 363-364), a missão de Pinheiro Machado era pacificar a política paranaense e garantir uma tranquila sucessão governamental, mas não foi isso o que ocorreu. Primeiramente,

⁹ A Lei Agamenon permitia a candidatura múltipla, podendo o candidato concorrer simultaneamente para presidente, senador ou deputado federal num mesmo ou em mais estados. Getúlio Vargas, por exemplo, concorreu a deputado federal em sete estados e a senador em três.

¹⁰ Getúlio Vargas foi eleito senador da República pelos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo (sendo derrotado no Paraná) e eleito deputado federal por sete estados da federação: Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. No entanto, Vargas optou em assumir a senatoria pelo Rio Grande do Sul. Dessa forma, quem assumiu a sua vaga no PTB paranaense foi o primeiro suplente Rubens de Mello Braga.

porque o novo interventor nomeou um secretariado exclusivamente pessedista e pertencente às tradicionais famílias do estado, o que gerou grandes descontentamentos entre os demais partidos. Soma-se a isso o fato de que o interventor passou a fazer campanha eleitoral em favor de si mesmo, inclusive promovendo festividades e comícios no interior do estado.

Por outro lado, ambicionado chegar ao governo do Paraná, o abastado empresário Moysés Lupion de Tróia utilizou-se da sua fortuna para promover a sua candidatura, comprando jornais – como *O Dia*, de Curitiba, e *Correio do Paraná*, de Londrina, além de 49% da *Gazeta do Povo*, de Curitiba – e emissoras de rádios, como a Rádio Sociedade Guairacá, de Curitiba.

As duas pré-candidaturas pessedistas (Pinheiro Machado e Moysés Lupion) à sucessão estadual de 1947 acabaram gerando uma crise política no Paraná e polarizando as posições dentro do PSD e do PTB, uma vez que havia dentro desses partidos uma pequena ala simpática ao interventor e outra forte corrente que defendia a candidatura de Lupion.

No PTB do Paraná, Lupion, que passou a injetar dinheiro no partido, cooptou Maximino Zanon e o seu grupo, que passaram a defender incondicionalmente a sua candidatura ao governo estadual. Neste sentido, convém ressaltar que a candidatura do pessedista Moysés Lupion foi oficialmente lançada pelo PTB paranaense, que, ao mesmo tempo, deu início à uma sistemática campanha de oposição ao interventor Pinheiro Machado por meio de um jornal trabalhista denominado *Diário Popular*, que era patrocinado por Lupion.

Combatido pelo PTB e dentro do seu próprio partido, o PSD, o clima político no Paraná tornou-se insustentável para o interventor Pinheiro Machado, que acabou renunciando e sendo substituído pelo Tenente Coronel Mário Gomes da Silva, em outubro de 1946. O novo interventor, que contava com o apoio do PTB, adotou um discurso de pacificar a política paranaense e garantir a idoneidade das eleições estaduais de janeiro de 1947, onde Moysés Lupion (PSD-PTB-UDN-PRP) enfrentou o deputado federal Bento Munhoz da Rocha Neto (PR)¹¹, que recebeu o apoio dos dissidentes udenistas que não compactuaram com a aliança com o PTB e o PSD. Porém, a candidatura de Lupion era praticamente invencível, pois contava com o apoio oficial

¹¹ Fruto de uma cisão udenista, o Partido Republicano foi reorganizado no Paraná no primeiro semestre de 1946 e tinha como um dos principais expoentes o deputado federal Bento Munhoz da Rocha Neto, que fora eleito pela própria UDN.

dos três principais partidos e dispunha de muitos recursos financeiros (COSTA, 1994: 366). Com o seu nome sendo propagandeado em todo o estado por meio de rádios e jornais de grande circulação (*O Dia* e a *Gazeta do Povo*), Lupion dizia-se representar a renovação – uma vez que não pertencia às famílias tradicionais, ao contrário de Bento Munhoz da Rocha Neto. Utilizando-se de um discurso popular (cujo *slogan* era “Paraná maior”), prometeu apoiar as cidades e os interesses do interior do Paraná (MAGALHÃES, 2001: 56), enquanto Bento Munhoz da Rocha Neto era representado como um candidato das elites curitibanas. Assim, Lupion viu crescer a sua popularidade e venceu as eleições de 19 de janeiro de 1947 com 59,1% dos votos, enquanto Bento Munhoz da Rocha Neto obteve 29,3% dos votos (IPARDES, 1989: 11).

Para o Senado, o udenista Arthur Ferreira dos Santos (que contava com o apoio do PSD, do PTB e do PRP) derrotou o jornalista Roberto Barrozo (que concorreu pelo PSP)¹². No que tange à Assembléia Legislativa do estado, o PSD sagrou-se o grande vitorioso, elegendo 16 deputados, enquanto a UDN elegeu sete, o PTB seis, o PR quatro, o PRP dois, o PSP um e o PCB também um (IPARDES, 1989: 122). Dessa forma, Moysés Lupion pôde, inicialmente, governar o Paraná com a maioria absoluta do Legislativo estadual, pois a grande coalizão aglutinava 83,7% dos deputados.

O primeiro governo de Moysés Lupion (1947-1951) e as crises político-partidárias

Após as eleições, Mário Gomes passou a interventoria do estado a Antonio Augusto Carvalho Chaves, presidente do PSD paranaense, que ficou pouco mais de um mês no cargo, até a posse de Moysés Lupion, em março de 1947. De uma maneira geral, o primeiro governo de Lupion (1947-1950), cujo lema era “construindo um Paraná Maior”, priorizou as políticas de colonização nas regiões norte, oeste e sudoeste do estado, investiu em algumas obras de infra-estrutura (sobretudo a abertura de novas estradas) e adotou uma tímida política de modernização/industrialização do estado – contudo, convém ressaltar que durante a década de 1950 o Paraná ainda seria um estado predominantemente agrícola.

Inicialmente, conforme Samuel Guimarães Costa (1994: 368), Lupion montou seu secretariado visando a contemplar os partidos que formaram a grande coalizão que o elegeu, porém com as principais secretarias divididas entre o PSD e a UDN. Contudo,

¹² Dessa forma, a senatoria paranaense (1947-1950) ficou completa, ficando assim composta: Flávio Guimarães (PSD), Roberto Glaser (PSD) e Arthur Ferreira dos Santos (UDN).

durante a Assembleia Constituinte paranaense teve início os primeiros desentendimentos entre o PSD e a UDN. No final de 1947, a crise entre os dois partidos acentuou-se e o iminente rompimento foi oficializado no início de 1948. A partir de então a UDN empreendeu uma ferrenha oposição ao governo Lupion, tornando-se uma implacável e eterna inimiga do governador paranaense.

Internamente, o PSD e o PTB paranaense também estavam em ebulição. Os pessedistas encontravam-se divididos em dois grupos: de um lado, estavam os deputados lupionistas; de outro, os deputados “granadeiros”¹³, que criticavam abertamente o governador. Por sua vez, o PTB do Paraná vivia um período de disputas pelos altos escalões do partido e por dissidências.

Porém, a crise interna do PTB paranaense tenderia a agravar-se ainda mais: em 22 de janeiro de 1948 ocorreu o falecimento do seu presidente Maximino Zanon; em fevereiro de 1948, o PTB do Paraná – dirigido provisoriamente pelo vice-presidente Abilon de Souza Naves¹⁴ – enfrentou uma grande cisma, quando inúmeros trabalhistas – incluindo cinco dos sete deputados estaduais do partido¹⁵ – migraram para o PSD.

Embora os dissidentes petebistas alegassem desentendimentos com a Executiva do partido, há fortes indícios de que o real motivo para a cisão no PTB tenha sido fomentado pelo governador Lupion e pelo PSD, que cooptou os mencionados deputados estaduais e outros influentes trabalhistas para as hostes pessedistas para compensar a rebeldia dos deputados granadeiros. Em outras palavras, o PSD, que já havia rompido com a UDN, planejou cooptar os deputados trabalhistas, pois assim garantiria a maioria no Legislativo e poderia romper a coligação com o PTB e, dessa forma, governar o Paraná sozinho, como era a vontade de alguns influentes pessedistas.

Após estimular a dissidência dentro do PTB, o governador Lupion e o PSD trataram de colocar os petebistas à margem do governo estadual. A partir de então, as relações entre o PTB paranaense e o governador se deterioraram e, gradativamente, os petebistas passaram a fazer oposição a Lupion, cujo rompimento foi oficializado, em setembro de 1948.

¹³ Os quatro deputados floristas conhecidos como “granadeiros” eram Oscar Lopes Munhoz, Pedro Firman Neto, Alfredo Pinheiro Jr. e Francisco Acioli Filho.

¹⁴ A partir da Convenção Estadual, ocorrida em outubro de 1949, Abilon de Souza Naves tornou-se presidente efetivo do PTB do Paraná. A partir de 1952, Souza Naves passou a integrar a Executiva nacional do partido. Fiel aliado de João Goulart, Souza Naves tornou-se um dos vice-presidentes do PTB a partir de 1953.

¹⁵ Os deputados dissidentes eram Antônio dos Santos Filho, Aldo Laval, Aldo Silva, José Darú e Júlio Buskei (que havido sido eleito pelo PRP, mas migrou para o PTB em 1947).

As eleições de 1950 no Paraná e o governo Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955)

Na sua Convenção Nacional, realizada em junho de 1950, o PTB selou o acordo, que já vinha se delineando desde 1949, com o PSP, lançando oficialmente as candidaturas de Getúlio Vargas e José Café Filho, respectivamente, à presidência e vice-presidência da República. Priorizando a campanha de Vargas, Maria Celina D'Araújo (1996: 57) lembra que o PTB relegou ao segundo plano as disputas pelos governos estaduais, ganhando, assim, flexibilidade para estabelecer negociações locais em torno da campanha de Vargas às eleições presidenciais.

Desta forma, o PTB do Paraná somente passou a tratar oficialmente da questão da sucessão estadual no segundo semestre de 1950, optando em adotar uma posição de neutralidade, não apoiando oficialmente nenhum candidato à sucessão estadual, que se encontrava polarizada em torno de dois candidatos: Angelo Lopes (PSD), que representava o continuísmo lupionista; e Bento Munhoz da Rocha Neto (PR), que contava com o apoio oficial da UDN, do PRP, do PL e do PST, formando, assim, uma grande aliança antilupionista.

Centrando a sua campanha na defesa da moralidade do homem público – ao estilo udenista –, Bento Munhoz da Rocha Neto também contou com o importante apoio do jornalista Roberto Barrozo, do *Diário da Tarde*, que combatia ferozmente Lupion nas páginas do seu vespertino. Assim, nas eleições de 3 de outubro Bento Munhoz da Rocha Neto obteve 62,9% dos votos, enquanto Angelo Lopes conquistou 30,7% dos votos e Carlos Amoreti Osório (PSB) apenas 0,1% (IPARDES, 1989: 11). Além da campanha moralista, a esmagadora vitória de Bento deve-se principalmente à união das forças antilupionistas, que aglutinou diversos partidos (PR/UDN/PRP/PL/PST, além de uma significativa fração do PTB e de uma ala dissidente do PSD – capitaneada pelo Major Fernando Flores e por Aramis Athayde).

Nas eleições para a presidência da República, Getúlio Vargas elegeu-se presidente com 48,7% dos votos, derrotando o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), que obteve 29,7% dos sufrágios, e Cristiano Machado (PSD), com 21,5% (FAUSTO, 2006: 224). No Paraná, a vitória de Getúlio Vargas foi esmagadora: 61,6% dos votos contra 19,9% do pessedista Cristiano Machado e 14,9% do udenista Eduardo Gomes (IPARDES, 1989: 9).

Nas eleições ao Senado, o PSD paranaense sofreu mais uma derrota: Raul Vaz, amigo íntimo de Lupion, perdeu a eleição para o udenista Othon Mader, um dos

principais adversários políticos do governador paranaense¹⁶. No que tange à Câmara dos Deputados, houve um grande equilíbrio: o PSD elegeu três deputados; o PTB também três e a coligação UDN/PR/PST/PRP/PL igualmente três (IPARDES, 1989: 111).

Na Assembleia Legislativa, por sua vez, embora o PSD tenha conquistado 16 cadeiras, o grande vencedor foi o PTB, que elegeu 12 deputados (o dobro da eleição anterior). Quanto aos demais partidos, a UDN conquistou oito cadeiras, o PR seis, o PSP duas e o PRP uma cadeira (IPARDES, 1989: 123-127).

Segundo Marion Magalhães (2001: 57), Bento Munhoz da Rocha Neto, apesar do seu antagonismo político com Moysés Lupion, deu continuidade ao programa de governo do seu antecessor, sobretudo no que se refere às políticas de colonização e expansão das fronteiras agrícolas das regiões oeste/sudoeste e norte do estado. David Carneiro e Túlio Vargas (1994: 205) lembram que o governo Bento também priorizou projetos rodoviários, fundamentais para a integração do estado e para a escoação da produção agrícola do estado.

Entretanto, as iniciativas de Bento não chegaram a investi-lo de popularidade, particularmente no interior do estado. Assim, a sua gestão foi considerada pela opinião pública como excessivamente elitista, pois se deteve principalmente à cidade de Curitiba, em detrimento dos investimentos no interior do estado (MAGALHÃES, 2001: 56).

Durante o seu governo, Bento também enfrentou a oposição sistemática do PSD¹⁷, partido majoritário na Assembleia e que dominava a grande imprensa paranaense, onde frequentemente era acusado de ser “elitista” e muito criticado pelos gastos empreendidos nas festividades de comemoração do centenário da emancipação política do Paraná, em dezembro de 1953. Desse modo, uma peça chave nesse tabuleiro era o PTB, que, consciente de que o seu apoio seria fundamental para o governador deter a maioria da Assembleia Legislativa, passou a exigir inúmeras secretarias e nomeações. Em suma, as negociações entre o governador e o PTB paranaense foram longas e nada fáceis, uma vez que, em várias oportunidades, as pastas e os cargos oferecidos não eram os desejados pelos petebistas, o que criou alguns impasses.

¹⁶ Dessa forma, Othon Mader substituiria o também udenista Arthur Ferreira dos Santos (eleito em 1947) e se juntaria aos pessedistas Flávio Guimarães e Roberto Glaser (eleitos em 1945) na senatoria paranaense.

¹⁷ No entanto, Bento Munhoz da Rocha Neto também contou com o apoio de alguns integrantes do PSD que haviam rompido com Lupion, dentre eles: o deputado federal Aramis Athayde (que era seu cunhado), Brasil Pinheiro Machado, Fernando Flores, Oscar Lopes Munhoz, o deputado estadual João Chede e Flávio Guimarães.

Posteriormente, o fato de ocupar uma posição periférica no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto gradativamente foi fomentando um grande descontentamento dentro do PTB. Sentindo-se desprestigiados, alguns setores do partido passaram a defender o rompimento com o governo estadual. Assim, o divórcio oficial entre o PTB e o governador foi consumado em 4 de abril de 1954. Apesar da proibição do PTB aos seus membros de ocuparem cargos administrativos no governo estadual, alguns petebistas não abandonaram os seus postos no governo, ao mesmo tempo em que alguns deputados estaduais continuaram na Assembleia a apoiar o governador, desobedecendo, assim, à orientação partidária.

As eleições de 1954 e 1955 no Paraná

Nas eleições de 3 de outubro de 1954, o suicídio de Getúlio Vargas – ocorrido cerca de 40 dias antes do pleito – não se tornou um fator decisivo de desequilíbrio a favor dos trabalhistas. No Paraná, o petebista Parahylio Borba, que concorria ao Senado, foi derrotado pelo ex-governador Moysés Lupion e por Alô Guimarães, ambos do PSD.

No que tange à Câmara dos Deputados, houve um equilíbrio entre os três principais partidos: o PSD elegeu quatro deputados, PTB também quatro, a UDN três, o PR dois e o PSP um (IPARDES, 1989: 112). Por sua vez, no legislativo estadual houve um grande equilíbrio entre o PTB e o PSD, com cada um dos partidos elegendos 11 deputados estaduais, enquanto a UDN elegeu oito, o PR e o PSP elegeram sete cada um e o emergente PDC elegeu um deputado – totalizando 45 deputados estaduais (IPARDES, 1989: 128-129).

Além das eleições para o Legislativo federal e estadual, outro importante acontecimento político em 1954 foi a primeira eleição direta à prefeitura de Curitiba, também realizada em outubro, vencida pelo Major Ney Braga¹⁸, que emergia no cenário político paranaense.

Após as eleições de 3 de outubro de 1954, as atenções político-partidárias direcionaram-se para as sucessões presidencial e estadual. No Paraná, especulava-se que o governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que enfrentava, desde o final de 1954, uma

¹⁸ O militar Ney Aminthas de Barros Braga era ex-cunhado do governador Bento Munhoz da Rocha Neto e ocupava o posto de Chefe de Polícia do Paraná (equivalente a secretário de Segurança Pública) desde 1952. Nas eleições para a prefeitura de Curitiba, Ney Braga, que não era filiado a nenhum partido, teve a sua candidatura lançada por Bento Munhoz da Rocha Neto, concorrendo com o apoio oficial do PR e PSP.

forte oposição do PSD e de parte do PTB, renunciaria ao governo paranaense, uma vez que pretendia lançar-se como candidato à presidência da República em 1955. No entanto, o governador paranaense acabou renunciando, em 3 de abril de 1955, não para concorrer às eleições de 1955, mas para assumir o Ministério da Agricultura no governo de João Café Filho, de quem era amigo pessoal, permanecendo no cargo até novembro de 1955.

Após a renúncia, o governo do Paraná esteve interinamente, durante o mês de abril, nas mãos do deputado petebista Antônio Annibelli, presidente da Assembleia Legislativa¹⁹, até que uma eleição indireta elegeu Adolpho de Oliveira Franco²⁰ como o governador responsável para concluir o mandato de Bento de Munhoz da Rocha Neto.

Em âmbito nacional, após uma intensa negociação – na qual Aylon de Souza Naves (vice-presidente nacional do PTB) foi um importante intermediário – foi selada a aliança entre o PSD e o PTB e lançadas as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente à presidência e vice-presidência da República.

Em nível estadual, diante da desistência de Souza Naves de concorrer ao governo do Paraná, o PTB paranaense lançou o médico e deputado estadual Mário de Barros como candidato petebista ao governo do Paraná (*Diário da Tarde*, 23 maio 1955: 1), ao passo que os demais partidos foram também definindo os seus candidatos à sucessão estadual: o PSD lançou o nome do senador e ex-governador Moysés Lupion; a UDN oficializou a candidatura do senador Othon Mader; o PSP lançou o deputado federal Luís Carlos Tourinho; e o PSB concorreu com Carlos Amoreti Osório.

Utilizando-se habilmente de um discurso de que resolveria o problema fundiário dos posseiros – fornecendo-lhes escrituras definitivas – nas regiões oeste/sudoeste e norte do estado, além de também prometer mais investimentos em estradas, energia e outras obras de infraestrutura no interior do estado, Moysés Lupion sagrou-se vencedor no pleito de 3 de outubro, obtendo 40,8% dos votos, contra 28,9% de Mário de Barros (PTB), 14,6% de Othon Mader (UDN), 10,1% de Luís Carlos Tourinho (PSP) e 0,1% de Carlos Amoreti Osório (PSB) (IPARDES, 1989: 11). Com a desunião das forças oposicionistas, a vitória de Lupion era previsível, uma vez que o ex-governador ainda

¹⁹ Na época não havia o posto de vice-governador, que somente foi criado no início de 1964.

²⁰ Segundo David Carneiro e Túlio Vargas (1994: 209), a eleição de Oliveira Franco, banqueiro e presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná, resultou do consenso dos grandes partidos, que aceitaram seu nome como ideal para a fase de transição, dada a sua equidistância no próximo pleito sucessório.

gozava de grande prestígio junto ao eleitorado paranaense, além de também controlar a grande imprensa do estado e investir muitos recursos financeiros em sua campanha.

No que concerne às eleições presidenciais, a aliança PSD-PTB sagrou-se vitoriosa, com Juscelino Kubitschek sendo eleito presidente da República com 36% dos votos – derrotando Juarez Távora, da UDN (que obteve 30% dos votos), Adhemar de Barros, do PSP (com 26% dos votos), e Plínio Salgado, do PRP (com 8% dos votos) (FAUSTO, 2006: 232). Entretanto, é importante ressaltar que, apesar da força da aliança PSD-PTB, no Paraná JK obteve 24% dos votos e foi derrotado no estado por Adhemar de Barros, que obteve 28,1% dos sufrágios, enquanto Plínio Salgado (PRP) obteve 22,8% e o udenista Juarez Távora obteve 20,1% dos votos (IPARDES, 1989: 9).

Além da grande popularidade que desfrutava o paulista Adhemar de Barros, sobretudo no norte paranaense, outro importante fator que contribuiu para a derrota de JK no Paraná foi a desobediência do PSD e de parte do PTB paranaense (sobretudo os diretórios do norte do estado) em seguir às orientações dos respectivos diretórios nacionais. Particularmente no PSD paranaense, Moysés Lupion, presidente do partido, liberou o diretório do compromisso de votar em JK, o que catalisou uma diferença pessoal entre o presidente e o governador recém-eleitos (COLNAGHI, 1991: 14). Convencido que o PSD do Paraná havia apoiado a candidatura de Adhemar de Barros, Juscelino sentiu-se traído por Lupion e não repassou nenhum recurso federal ao Paraná durante o seu mandato (HELLER; DUARTE, 2000: 73).

O segundo governo de Moysés Lupion (1956-1961)

No início do seu segundo mandato, Lupion tentou cooptar o PTB, oferecendo ao partido a Secretaria de Trabalho e Assistência Social e nomeando para esse cargo o deputado federal petebista Cid Campelo. No entanto, a estratégia adotada pelo governador para atrair o PTB para a sua órbita não surtiu o efeito esperado, uma vez que Souza Naves exigia mais do que apenas cargos periféricos. Assim, sem um acordo oficial, Souza Naves optou em fazer oposição a Lupion, contando com o apoio de importantes lideranças dentro do partido. Outro grupo que também era contrário à aproximação com Lupion era o dos “pragmáticos-reformistas”²¹, que estavam ganhando espaço nas hostes petebistas.

²¹ De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado (2001: 177-178), havia três principais tendências políticas dentro do PTB: 1) Os “*getulistas pragmáticos*”, conformados por burocratas vinculados à

Entretanto, a partir de 1957 o PSD paranaense passou a enfrentar uma forte crise política, sobretudo porque o governador Lupion esteve envolvido em uma série de escândalos²² e enfrentou uma forte campanha oposicionista ao seu governo, sobretudo com o agravamento dos conflitos agrários na região sudoeste do estado.

Maria Cristina Colnaghi (1991: 14-15) ressalta que Lupion procurou favorecer na região a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA)²³ – de quem era “sócio oculto” – em detrimento dos colonos e posseiros. A CITLA, que atuava livremente na região, utilizava-se, por meio de capangas, de métodos arbitrários e violentos – tais como saques, espancamentos (inclusive de mulheres e crianças), incêndios a casas e galpões, destruição de plantações, morte de animais, extorsões, mutilações, estupros e assassinatos – para persuadir e intimidar os colonos e posseiros que se recusavam a com eles negociar.

Os adversários políticos de Lupion passaram a percorrer a região e a denunciar a série de irregularidades e arbitrariedades cometidas pelas empresas colonizadoras. Tal situação foi amplamente explorada pelos antilupionistas, que atacavam violentamente o governador por meio das páginas do jornal oposicionista *Estado do Paraná* e em contundentes pronunciamentos. Na Assembleia Legislativa, o deputado petebista Antônio Annibelli, cuja base política estava em Clevelândia, na região sudoeste, acusava Lupion de envolvimento com as falcatruas realizadas pelas companhias colonizadoras que operavam na região. Maria Cristina Colnaghi (1991: 15-16) lembra

estrutura do Estado através do Ministério do Trabalho e por sindicalistas ligados ao corporativismo sindical oficial. Sua hegemonia no partido data dos primeiros anos de atuação do PTB, se estendendo de 1945 até, mais ou menos, 1954. Sua principal referência foi o próprio Getúlio Vargas. 2º) Os “*doutrinários trabalhistas*”, que eram os intelectuais orgânicos do petebismo e se inscreviam em uma orientação trabalhista socializante, que propugnava uma maior desvinculação do partido em relação ao Estado. Sua influência no partido começou em torno de 1948, com Alberto Pasqualini, e se estendeu até a década de 1960, com Sérgio Magalhães e San Tiago Dantas. 3º) Os “*pragmáticos reformistas*”, que atuaram principalmente a partir da segunda metade dos anos 1950 e amalgamaram em sua prática político-partidária características da tendência getulista e da tendência doutrinária. Seu principal expoente foi João Goulart. No entanto, acredito que seja possível acrescentarmos uma quarta tendência política dentro do PTB: Os “*reformistas radicais*” ou “*ala esquerdista*”, que ganharam evidência dentro do partido no final dos anos 1950, com a formação do Grupo Compacto. Durante o governo João Goulart adotavam uma postura mais agressiva, em termos programáticos, em relação às adotadas por Jango. Defendiam que o partido deveria adotar um programa mais à esquerda, voltado para a defesa das reformas de base. Também utilizavam um forte discurso anti-imperialista, defendendo políticas nacionalistas mais agressivas, como as encampações de empresas estrangeiras. Seu principal expoente foi Leonel Brizola.

²² Em janeiro de 1957 explodiu o escândalo da Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL), quando o jornal *Estado do Paraná* denunciou que a empresa, então dirigida por José Lupion, irmão do governador, havia comprado um alqueire de terras na cidade de Piraquara por um preço considerado absurdo (na época, 1,5 milhões de cruzeiros). Acrescenta-se a isso o fato da propriedade comprada pela COPEL pertencer ao próprio José Lupion.

²³ A CITLA, que era ligada ao grupo econômico de Lupion, se instalou oficialmente na região em 1951, mas a sua presença já se verificava anteriormente (Cf. COLNAGHI, 1991).

que a cruzada contra Lupion na esfera federal teve como principais expoentes o deputado federal udenista Newton Carneiro e o senador udenista Othon Mader, velho inimigo político do governador e autor da famosa declaração “Lupion é pior do que dez geadas” – referindo-se às geadas de 1953 e 1955, que causaram prejuízos incalculáveis à cafeicultura paranaense, na época a principal atividade econômica do estado.

Cansados da inércia do governo em solucionar o problema agrário na região, cerca de seis mil colonos e posseiros, no dia 10 de outubro de 1957, pegaram em armas e se apoderaram dos principais municípios do sudoeste paranaense, como Pato Branco e Francisco Beltrão – sede da CITLA, onde cerca de quatro mil camponeses tomaram a cidade, expulsaram as autoridades constituídas e destruíram os escritórios das companhias colonizadoras. Esse movimento ficou conhecido como a Revolta dos Posseiros ou a Revolta dos Colonos.

De acordo com Maria Cristina Colnaghi (1991: 18), o grande mérito do movimento agrário no sudoeste paranaense foi a expulsão da CITLA, o que trouxe, na verdade, apenas uma vitória parcial ao movimento, já que muitos continuavam ainda sendo posseiros e vivendo numa situação instável e insegura até meados da década de 1960 – quando a questão agrária efetivamente foi encaminhada para uma solução definitiva.

De qualquer modo, os acontecimentos de outubro de 1957 representaram um duro golpe para Lupion, que teve a sua reputação manchada em âmbito nacional.

O ingresso de Jânio Quadros no PTB paranaense e as eleições de 1958

Abilon de Souza Naves, durante o ano de 1957, adotou uma série de estratégias cujo objetivo era fortalecer o PTB e a sua candidatura ao Senado: atraiu para o partido alguns empresários e cafeicultores que disponibilizariam um importante aporte financeiro para a campanha eleitoral; convidou os deputados dissidentes do Partido Republicano – Amaury de Oliveira e Silva, Silvino Lopes de Oliveira e Chafic Cury – a ingressarem no PTB; e, por fim, deu uma grande cartada: aproximou-se de Jânio Quadros e propôs que o governador de São Paulo concorresse a deputado federal pelo PTB do Paraná.

Sem dúvida, o convite de Souza Naves a Jânio Quadros tinha um claro objetivo eleitoral: encorpar o PTB paranaense com um político popular que pudesse atrair mais eleitores para o partido. E como Jânio estava impedido de disputar algum cargo eletivo

em São Paulo, a proposta de concorrer como deputado federal pelo Paraná lhe agradou, pois assim ele teria a possibilidade de ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados até as eleições presidenciais de 1960, a sua grande ambição.

Com a oficialização da candidatura de Jânio Quadros, o PTB do Paraná obteve, nas eleições de outubro de 1958, um excelente desempenho, elegendo Souza Naves senador²⁴, conquistando a prefeitura de Curitiba com o General Iberê de Mattos e aumentando o número de deputados em nível federal e estadual.

Na Câmara dos Deputados, o PTB²⁵ também obteve um excelente desempenho, elegendo seis deputados; enquanto o PSD elegeu quatro, a Frente Democrática (UDN-PR-PSP) elegeu dois, o PRP elegeu um e o emergente PDC também um deputado. Em suma, o PTB apresentou um importante crescimento e foi o partido que mais conquistou cadeiras na Câmara; o PSD manteve-se estável; a UDN teve uma considerável queda, elegendo apenas um deputado (o ex-senador Othon Mader); o PR também apresentou uma queda, elegendo apenas um deputado (o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto); e o PSP não elegeu nenhum deputado. Por outro lado, dois pequenos partidos, pela primeira vez, conseguiram eleger um deputado federal no Paraná: o PDC, que elegeu o prefeito de Curitiba Ney Braga²⁶, e o PRP, que elegeu Plínio Salgado, o grande líder do integralismo nacional (IPARDES, 1989: 113).

No que tange às eleições à Assembleia Legislativa, embora o PTB também tenha apresentado um crescimento, passando de 11 para 13 deputados, o grande vencedor foi o PSD, que aumentou a sua bancada em seis deputados, passando de 11 para 17 (IPARDES, 1989: 130-134). O desempenho nas eleições para o legislativo estadual foi amplamente comemorada pelo PSD, que, após a queda apresentada no pleito de 1954, voltou a apresentar um importante crescimento em 1958, constituindo-se na maior bancada. Essa vitória também significou que o partido do governador Moysés Lupion,

²⁴ Abilon de Souza Naves tornou-se o primeiro senador trabalhista do Paraná – derrotando o candidato lupionista José Munhoz de Melo (PSD) e o udenista Cel. Francisco Paula Soares Neto, que concorreu pela Frente Democrática (coligação entre UDN, PR e PSP) –, elegendo-se com uma grande margem de votos.

²⁵ Concorrendo pelo PTB, Jânio Quadros foi eleito o deputado federal mais votado no Paraná.

²⁶ Nesse momento Ney Braga havia rompido com o PR e com Bento Munhoz da Rocha Neto, ingressando no Partido Democrático Cristão (PDC). Um dos principais motivos que levaram ao rompimento entre Ney Braga e Bento Munhoz da Rocha Neto se deve ao fato de Bento estar articulando a sua candidatura à Câmara dos Deputados em 1958 e a candidatura de Ney Braga à Assembleia Legislativa. Porém, Ney Braga ambicionava concorrer à Câmara Federal e, sem espaço no PR, optou em migrar para o PDC. Esse rompimento foi visto por Bento como uma traição e, a partir de então, ambos tornaram-se inimigos políticos.

apesar dos escândalos envolvendo a COPEL e o conflito agrário na região sudoeste em 1957, ainda mantinha a sua força eleitoral em nível estadual.

Observa-se ainda que a Frente Democrática, formada por UDN e PR, elegeu sete deputados; o PSP quatro; o PDC três; e a Frente Trabalhista Cristã, coligação entre PRP, PTN e PRT, elegeu um deputado (IPARDES, 1989: 130-134).

De uma maneira geral, além dos crescimentos eleitorais, em nível estadual, do PSD e do PTB, também se constata uma significativa queda do PR e do PSP. Porém, outro destaque das eleições de 1958 foi o acentuado declínio da UDN, que perdeu seis cadeiras na Assembleia e duas na Câmara dos Deputados.

Portanto, as eleições de 1958, do ponto de vista eleitoral, foram um grande divisor de águas para o PTB do Paraná. Adotando uma postura oposicionista ao governo Lupion, o partido apresentou, de uma maneira geral, um significativo crescimento eleitoral e consolidou-se como uma grande força política no Paraná.

Após as eleições de 1958, o PTB paranaense manteve a sua posição oposicionista ao governo Lupion e se articulava para a sucessão estadual de 1960, cujo candidato seria o agora senador Abilon de Souza Naves. Embora os petebistas acreditassem que, em virtude do desempenho obtido nas últimas eleições, Souza Naves já estava virtualmente eleito governador do Paraná, também ganhava terreno, durante o ano de 1959, a candidatura do agora deputado federal e ex-prefeito de Curitiba Ney Braga, do PDC.

Em campanha eleitoral, Souza Naves e Ney Braga iniciaram uma guerra de bastidores, cortejando sistematicamente Jânio Quadros, visando a conquistar o seu apoio no pleito de 1960 (*Gazeta do Povo*, 31 mar. 1959: 3). Sem dúvida, quem conquistasse o apoio do ex-governador paulista (e agora deputado federal pelo PTB do Paraná) teria um grande trunfo, que certamente garantiria muitos votos. No entanto, Jânio Quadros, que articulava a sua candidatura à presidência da República pelo PDC e ocupava o posto de deputado federal pelo PTB do Paraná, optou pela neutralidade.

Não obstante, Souza Naves e outros líderes do PTB paranaense passaram a defender a candidatura de Jânio Quadros pelo PTB, passando a articular uma aliança denominada “Jan-Jan” (Jânio e Jango) (*Gazeta do Povo*, 4 jun. 1959: 4). Embora Souza Naves tentasse convencer João Goulart, a chapa “Jan-Jan” era combatida por algumas alas petebistas e acabou sendo gradativamente descartada dentro do partido, ao mesmo tempo em que cresciam as possibilidades de uma nova aliança com o PSD em torno da chapa envolvendo o Mal. Henrique Lott e Jango.

No final de 1959, Souza Naves passou a adotar uma posição dúbia com relação a Jânio Quadros, negando que houvesse compromissos entre o PTB paranaense e Jânio (*Gazeta do Povo*, 18 nov. 1959: 1), porém não descartando um futuro compromisso, uma vez que ainda possuía esperanças que a chapa “Jan-Jan” fosse homologada na XII Convenção Nacional do PTB, que seria realizada em fevereiro de 1960. Entretanto, Souza Naves não viveu para defender a sua posição na Convenção: em 12 de dezembro de 1959 sofreu um infarto fulminante e faleceu²⁷.

As eleições de 1960

Após a morte de Souza Naves, o PTB do Paraná optou em lançar a candidatura do agora senador Nelson Maculan ao governo do estado; o ex-prefeito de Curitiba e deputado federal Ney Braga, do PDC, já estava em campanha desde o segundo semestre de 1959; o PSD do Paraná encontrava-se dividido, uma vez que o candidato lupionista Guataçara Borba Carneiro foi derrotado na Convenção pessedista por Plínio Franco Ferreira da Costa, que, por ser considerado um candidato extrapartidário, não contou com o apoio de todo o partido (KUNHAVALIK, 2004: 268).

Por sua vez, a UDN paranaense, que enfrentava um momento difícil em decorrência do mau desempenho nas eleições de 1958, optou em não lançar candidato próprio. Porém, havia dentro do partido duas correntes: a majoritária apoiava Ney Braga, ao passo que os diretórios udenistas do norte do estado estavam ao lado de Nelson Maculan, apesar da orientação do Diretório Nacional para não apoiar o candidato petebista. Após a sua Convenção Estadual de março, a UDN decidiu apoiar oficialmente a candidatura de Ney Braga, embora também tenha liberado os diretórios que tinham outra posição para ficarem neutros na campanha (KUNHAVALIK, 2004: 268).

Em âmbito nacional, nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 1960 ocorreu a XII Convenção Nacional do PTB, na qual foi homologada a coalizão com o PSD e o lançamento da chapa Lott-Jango para a presidência da República (D’ARAÚJO, 1996: 130-131). No entanto, a maior parte do PTB paranaense, que desde 1959 mostrava-se

²⁷ Após a morte de Souza Naves, o suplente Nelson Maculan assumiu a sua cadeira no Senado, enquanto o PTB paranaense passou a ser comandado provisoriamente pelo deputado estadual Antônio Annibelli, primeiro vice-presidente. Já na vice-presidência da Executiva Nacional, João Goulart indicou que o jovem Léo de Almeida Neves (principal expoente do ala “pragmático reformista” do PTB do Paraná) substituísse Souza Naves.

propenso a apoiar Jânio Quadros, optou em desobedecer à decisão da Executiva Nacional e passou a fazer campanha, de forma velada, em prol da chapa “Jan-Jan”. Inclusive, durante a campanha eleitoral, Nelson Maculan e outros petebistas paranaenses evitaram participar de comícios ao lado do Mal. Lott.

Entretanto, Jango não se opôs ao movimento “Jan-Jan”, que certamente lhe ajudaria a garantir a sua vitória eleitoral (DELGADO, 1989: 230). Assim, a exemplo do que ocorreu no Diretório paulista, Goulart permitiu que os petebistas paranaenses prosseguissem com a sua campanha em favor da chapa “Jan-Jan”. Acerca disso, Maria Celina D’Araújo (1996: 133-134) observa que: “(...) Esta chapa alternativa reflete a estratégia eleitoral adotada. O importante era fazer de Goulart o vice-presidente, e diante do mau desempenho de Lott os petebistas ficaram liberados para outras composições: Jânio-Goulart ou Adhemar-Goulart”.

De fato, Jango, de forma velada, liberou os petebistas paranaenses de qualquer compromisso com Lott, desde que se comprometessem em neutralizar a campanha de Fernando Ferrari, que estava em ascensão no Paraná (Cf. *Diário da Tarde*, 8 ago. 1960: 1).

Com o esvaziamento da candidatura do pessedista Plínio Costa, a disputa polarizou-se em torno de Nelson Maculan e Ney Braga, que disputaram acirradamente o precioso apoio de Jânio Quadros, que optou em não se manifestar a favor de nenhum dos dois candidatos.

Enquanto a campanha política de Nelson Maculan, ancorada principalmente na solução dos problemas dos cafeicultores do norte do estado, era acusada de ser demasiadamente elitista e não emplacou em diversas regiões do Paraná – sobretudo em Curitiba, onde o candidato petebista ainda era um “ilustre desconhecido” –, Ney Braga ancorou sua campanha na promessa de resolver o problema do abastecimento de energia elétrica no Paraná. Ademais, Ney Braga contou com o apoio da maior parte da UDN, de parte do PR, de setores da Igreja católica e de grupos empresariais e ruralistas de diversas regiões do estado, ao passo que Nelson Maculan foi apoiado pelo ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto, pelos udenistas do norte, por parte do PSP, pela dissidência do PSD e pelo PCB paranaense, que chegou a publicar um manifesto de apoio ao Mal. Lott, Jango e Nelson Maculan (Cf. *O Estado do Paraná*, 14 ago. 1960: 4).

Em uma visita a Curitiba, Luís Carlos Prestes confirmou o seu apoio a Lott-Jango e a Maculan, conclamando os comunistas a votarem nos candidatos trabalhistas

(Cf. *Diário da Tarde*, 20 set. 1960: 1). Obviamente, tal fato foi muito explorado pela imprensa paranaense e por setores da Igreja Católica, que “denunciavam” os supostos vínculos entre Maculan e os comunistas, favorecendo, assim, a candidatura de Ney Braga.

Dessa forma, nas eleições de outubro Ney Braga obteve 35,3% dos votos, contra 30,9% de Nelson Maculan e 26,8% de Plínio Costa (PSD) (IPARDES, 1989: 11), e elegeu-se governador do Paraná. Com exceção da região oeste/sudoeste (onde o PTB era muito forte) e da cidade Londrina, base eleitoral de Maculan, Ney Braga venceu nas demais regiões e nas principais cidades do estado²⁸.

No que concerne às eleições presidenciais, Jânio Quadros elegeu-se presidente da República, obtendo 48% dos votos contra 28% do Mal. Henrique Lott e 23% de Adhemar de Barros. Para a vice-presidência, João Goulart venceu a disputa contra Milton Campos (UDN) e Fernando Ferrari (MTR) (FAUSTO, 2006: 241). No Paraná, Jânio Quadros venceu com uma grande margem de votos, obtendo 51,2%, enquanto Adhemar de Barros (PSP) obteve 22,6% e o Mal. Henrique Lott (PSD/PTB) apenas 16,9% (IPARDES, 1989: 9). Um dos fatores que contribuíram para o fraco desempenho eleitoral do Mal. Henrique Lott no Paraná deve-se ao fato da maior fração do PTB paranaense ter apoiado Jânio Quadros, que também contou com o apoio do eleitorado neyista e udenista. Soma-se a isso também a popularidade de Adhemar de Barros no norte do estado.

A renúncia de Jânio Quadros e a Campanha da Legalidade no Paraná

Jânio Quadros governou o país por apenas sete meses, em um período marcado pela grave crise econômica e pela intensa mobilização dos movimentos sociais (urbanos e rurais). Seu curto governo ficaria marcado pelo moralismo extremado e por uma série de ambiguidades e contradições. Por um lado, Jânio, em virtude da inflação galopante, adotou uma política econômica ortodoxa, envolvendo uma forte desvalorização cambial, contenção de gastos públicos, redução de subsídios, entre outras coisas, o que desagradou às esquerdas. Por outro lado, uma das medidas mais surpreendentes de Jânio

²⁸ Conforme José Pedro Kunhavalik (2004: 278): “Ney Braga vinculou sua campanha e sua imagem a de Jânio Quadros desde o início, criando a dobradinha Ney-Jânio. Nos comícios era dito que quem era Ney era Jânio, e quem era Jânio era Ney. Utilizou os mesmos elementos simbólicos, particularmente o da vassoura, significando que seu governo iria varrer a corrupção no Estado. Assim como Jânio construiu a imagem anti-Adhemar, Ney Braga se fez o anti-Lupion”.

foi a adoção da Política Externa Independente, que resultou no reatamento das relações diplomáticas do Brasil com os países do bloco comunistas e, posteriormente, na condecoração de Ernesto “Che” Guevara em território brasileiro. Porém, tais medidas atraíram a oposição dos conservadores, sobretudo da UDN.

Em suma, por várias razões, Jânio conseguiu descontentar a maior parte dos setores políticos, pois suas medidas dúbias ora desagradavam os conservadores, ora as esquerdas. Sofrendo a oposição do PTB e do PSD e não gozando da confiança dos setores militares, Jânio passou a enfrentar críticas da UDN, perdendo a sua base de apoio político.

Assim, Jânio foi duramente criticado, no dia 24 de agosto de 1961, por Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara. No dia seguinte, surpreendentemente, Jânio renunciou. Embora os motivos e objetivos da renúncia não foram totalmente esclarecidos, sem dúvida tratou-se de uma manobra política, no mínimo, equivocada:

Aparentemente, Jânio esperava voltar “nos braços do povo”. (...) Confiava no temor dos militares e da direita em geral com a “ameaça” da posse de João Goulart. Confiava também no temor da esquerda com a possível instalação de uma junta militar no governo se este fosse declarado acéfalo, pois o vice-presidente encontrava-se em missão oficial na China. Enfim, Jânio esperava contar com a repercussão na opinião pública (afinal, eram seis milhões de votos), entre os militares, na direita e na esquerda, e talvez imaginasse o ressurgimento de um novo “queremismo” (BENEVIDES, 1982: 76-77).

Como a maioria do Congresso prontamente aceitou a renúncia, a partir de então a questão da investidura do vice-presidente João Goulart provocou uma grave crise políticomilitar. Com Jango em missão diplomática na China, o presidente em exercício Ranieri Mazzilli – presidente da Câmara dos Deputados – enviou uma mensagem ao Congresso Nacional “comunicando que os três ministros militares (Odílio Denys, Grum Moss e Sylvio Heck) manifestaram-lhe a inconveniência do regresso de Goulart ao Brasil”. Os ministros militares, que viam em João Goulart o herdeiro político de Vargas, o fantasma da república sindicalista e a ameaça comunista, vetaram a sua posse e defendiam abertamente, juntamente com a ala golpista da UDN, a quebra da legalidade constitucional (FERREIRA, 2003b: 327).

Ao tomar conhecimento das conspirações golpistas, o governador do Rio Grande do Sul, cunhado e principal aliado político de Jango, Leonel Brizola deu início à Campanha da Legalidade, na qual defendia o cumprimento da legalidade constitucional e a conseqüente posse de Goulart.

No Paraná, a ameaça da guerra civil era acompanhada com apreensão nos círculos políticos, que, em sua maioria, apoiavam a posse de Goulart. Na Assembleia Legislativa paranaense, que ficou em sessão permanente de 25 de agosto a 4 de setembro, a legalidade era defendida enfaticamente, sobretudo pela bancada do PTB paranaense. O PSD do Paraná também esteve ao lado da legalidade, apesar do senador pessedista Alô Guimarães ter votado contra a posse de Jango. Já a UDN do Paraná inicialmente adotou uma postura dúbia, não deixando claro se apoiava ou não a posse de Goulart, embora apenas o deputado federal Othon Mader abertamente declarava-se contrário à posse de Jango (Cf. *Gazeta do Povo*, 31 ago. 1961: 3).

No dia 28 de agosto, o deputado estadual udenista Anibal Khury leu na tribuna um manifesto do “Movimento Popular Pró-Jânio no Paraná”, defendendo a recondução de Jânio à presidência. Porém, os seus argumentos foram rechaçados por Amaury de Oliveira e Silva, líder da bancada petebista, e, no mesmo dia, a Assembleia manifestou-se favorável ao cumprimento da Constituição e da posse de João Goulart (*Diário do Paraná*, 29 ago. 1961: 3).

Por sua vez, o governador Ney Braga também adotou uma posição dúbia, não deixando claro se apoiava os ministros militares, que vetavam a posse de Jango, ou se estava do lado da legalidade. Embora não se manifestasse oficialmente, Ney era contrário à posse de Jango e também defendia o retorno de Jânio Quadros (Cf. *Tribuna do Paraná*, 29 ago, 1961: 7).

A posição dúbia de Ney Braga foi criticada não somente pela bancada petebista na Assembleia (Cf. *Diário da Tarde*, 29 ago. 1961: 5), mas também por estudantes, sindicalistas, nacionalistas e pela imprensa, que estavam ao lado de Brizola na Campanha da Legalidade, que ganhou forte apoio popular no Paraná. Inclusive, foram organizados diversos comícios e manifestações por estudantes, sindicalistas, jornalistas e lideranças políticas – sobretudo do PTB – em favor da posse de João Goulart (*Diário da Tarde*, 29 ago. 1961: 1). Além disso, também foi organizada no Paraná, pelo prefeito de Curitiba Gen. Iberê de Mattos, a “Cadeia da Legalidade”, na qual, por meio da Rádio Guairacá, o Gen. Iberê e alguns deputados estaduais pronunciavam veementes discursos conclamando o povo a defender o regime democrático e a posse de Goulart (*Diário da Tarde*, 1 set. 1961: 4).

Ademais, a V Região Militar (Paraná e Santa Catarina), sediada em Curitiba e comandada pelo Gen. Benjamin Rodrigues Galhardo, manteve-se fiel ao III Exército na defesa da Legalidade, chegando a deslocar tropas para a fronteira com São Paulo

visando a impedir o deslocamento das tropas golpistas ao Rio Grande do Sul (*Diário da Tarde*, 29 ago. 1961: 1).

Com o crescente aumento das mobilizações em defesa da legalidade em todo o país, os ministros militares, isolados politicamente, aceitaram negociar uma solução intermediária, que lhes garantisse uma “saída honrosa” do episódio. Assim, a solução encontrada pelo Congresso foi a adoção da emenda parlamentarista, cujo objetivo principal era reduzir os poderes do presidente.

No dia 1º de setembro de 1961, em Montevideú, ocorreram as negociações entre Tancredo Neves e João Goulart, que, mesmo contrariado, aceitou assumir a presidência da República sob a tutela parlamentarista (Cf. FERREIRA, 2011: 250-258). Na noite do mesmo dia, Jango chegou a Porto Alegre e, na madrugada do dia 2 de setembro, o Congresso aprovou a emenda parlamentarista por 233 votos contra 55²⁹.

De acordo com Jorge Ferreira (2011), João Goulart aceitou a solução parlamentarista para evitar a guerra civil. Assim, chegou a Brasília no dia 5 e assumiu a presidência da República no dia 7 de setembro, herdando um país abalado pela grave crise econômica e politicamente dividido em duas forças políticas que se repeliam mutuamente: de um lado, os setores nacionalistas e reformistas, que reivindicavam as reformas de base; de outro, os setores conservadores, que dificultavam as reformas, sobretudo a agrária, e temiam o avanço dos movimentos sociais (rurais e urbanos), que ganhavam um enorme relevo, considerando-os como agitações subversivas que visavam a expansão comunista no país.

O governo Ney Braga e as eleições de 1962 no Paraná

Ao assumir o governo do Paraná, Ney Braga encontrou, em termos econômicos, uma situação bastante crítica. Conforme Marion Magalhães (2001: 69-74), para captar recursos que permitissem solucionar a crise econômica no estado – e ao mesmo tempo honrar sua promessa de campanha de não aumentar impostos –, a sua equipe criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico e o Projeto Paranaense de Desenvolvimento – designação do modelo político adotado que visava à industrialização e à modernização do estado, abandonando o discurso, adotado pelos governos anteriores da vocação agrícola do Paraná.

²⁹ No entanto, a emenda parlamentarista previa a realização de um plebiscito, com data a ser definida, no qual a população aprovaria ou não a continuidade do sistema.

Contudo, ao assumir o governo estadual, no início de 1961, Ney Braga tinha ciência que enfrentaria a oposição do PSD, que possuía 17 deputados na Assembleia Legislativa. Como a sua base aliada – formada por PDC, UDN e PR – era insuficiente para fazer frente aos pessedistas, Ney viu-se obrigado a aproximar-se do PTB, que possuía 13 cadeiras.

Inicialmente, o PTB havia decidido na sua Convenção Estadual³⁰, realizada poucos dias antes da posse de Ney Braga, que adotaria uma posição de “independência e vigilância” diante do governo estadual. Porém, em virtude do PSD tentar atrair o PTB para o bloco oposicionista, Ney Braga procurou intensificar, no final de 1961, as conversas com os petebistas a fim de conquistar o apoio oficial do partido. Para tais propósitos, o governador procurou se aproximar de Nelson Maculan, senador e presidente do PTB paranaense, oferecendo aos petebistas duas secretarias e a diretoria do Banco do Estado do Paraná (Banestado). Entretanto, Maculan não aceitou a proposta de Ney e exigiu que o governador cedesse o comando político ao PTB de todos os municípios em que o partido havia vencido nas eleições para o governo do estado em 1960 – isto é, que o PTB tivesse autoridade para nomear delegados de polícia e outras chefias de cargos estaduais em tais municípios (Cf. *Gazeta do Povo*, 5 nov. 1961: 3).

No entanto, alguns trabalhistas, sobretudo da ala “pragmático-reformista”, não achavam vantajoso para o partido a coalizão e a participação no governo estadual. Assim, ecoaram vozes dentro do PTB que discordavam fervorosamente do acordo com Ney Braga, como as do jornalista Jorge Mathias Jr., do Gen. Iberê de Mattos, dos deputados estaduais Waldemar Daros³¹ e João Cernicchiaro, de Walter Alberto Pecoits (prefeito de Francisco Beltrão), além de outros prefeitos petebistas do interior (Cf. *Diário da Tarde*, 4 nov. 1961: 3).

Todavia, ao mesmo tempo em que negociava com o PTB, Ney Braga também propôs uma vantajosa aliança eleitoral a Amaury de Oliveira e Silva, até então contrário à aproximação com o governo, mas que ambicionava eleger-se senador e era tido como o virtual candidato petebista. Segundo o acordo envolvendo PTB/PDC/UDN, o PTB e a UDN lançariam somente um candidato ao Senado, que teriam o apoio do PDC. Em

³⁰ A partir desta Convenção Estadual, realizada nos dias 14 e 15 de janeiro de 1961, o PTB do Paraná passou a ser liderado por Nelson Maculan (presidente da Executiva Estadual), Amaury de Oliveira e Silva (primeiro vice-presidente) e Léo de Almeida Neves (secretário geral).

³¹ Dentre os trabalhistas que faziam oposição a Ney Braga, merece destaque a atuação do deputado estadual Waldemar Daros, o principal expoente da ala “reformista radical” do PTB paranaense, que ganhava notoriedade nas tribunas da Assembleia Legislativa ao promover uma campanha pela encampação da Companhia Força e Luz do Paraná.

troca, o PDC lançaria o candidato à sucessão municipal de Curitiba, que deveria contar com o apoio dos petebistas e dos udenistas.

Desse modo, por meio da proposta da coalizão para as eleições senatoriais, Ney Braga convenceu Amaury Silva, que trabalhou intensamente nos bastidores do partido para consolidar o acordo do PTB com o governador, apesar da forte oposição interna do Diretório Municipal de Curitiba e de alguns membros da ala “pragmático-reformista”.

Posteriormente, Nelson Maculan e Amaury Silva, que comandavam a Executiva Estadual, selaram a aliança com o governo Ney Braga e oficializaram a coalizão PDC-PTB-UDN-PTN (denominada de “quadrilátero situacionista”), lançando a chapa Amaury Silva e Adolpho de Oliveira Franco (UDN) ao Senado.

Assim, faltava ao PTB cumprir a sua parte no acordo e consumir o apoio do partido a Ivo Arzua, candidato do PDC à prefeitura de Curitiba. No entanto, o Diretório do PTB de Curitiba mostrou-se irredutível e não compactou com o acordo articulado pela Executiva Estadual, lançando a candidatura do vereador Carlos Alberto Moro à sucessão da capital. Assim, fomentou-se uma nova crise interna no PTB, envolvendo a Executiva Estadual e o Diretório Municipal de Curitiba.

Nas eleições de 7 de outubro de 1962, Amaury Silva e o udenista Adolpho Franco foram eleitos para o Senado. Dessa maneira, a aliança PTB-PDC-UDN-PTN para o Senado foi praticamente invencível, derrotando dois caciques da política paranaense (os ex-governadores Bento Munhoz da Rocha Neto e Moysés Lupion). Esse fato é bastante emblemático, pois demonstra a consolidação do PTB e do neyismo como as principais forças políticas do Paraná.

No que tange à Câmara dos Deputados, o PTB sagrou-se o grande vencedor, conquistando nove cadeiras; a Aliança Movimento Democrático Renovador, formada por UDN-PDC-PTN, elegeu também nove deputados, enquanto o PSD elegeu seis deputados e o PRP elegeu um deputado (IPARDES, 1989: 114). Embora o PTB tenha sido o partido com maior número de deputados federais eleitos, as eleições para a Câmara dos Deputados demonstraram o crescimento significativo do PDC no Paraná, comprovando a sua ascensão naquela conjuntura política.

No que tange à Assembleia Legislativa, o grande vencedor foi o PDC de Ney Braga, que elegeu 12 deputados estaduais; o PTB elegeu também 12 deputados, enquanto a UDN elegeu oito, o PSD apenas sete; e a Frente Rural Cristã Trabalhista (conhecida como “Frentinha”, coalizão formada por PR-PRP-PSP-PTN-PST-MTR) conquistou seis cadeiras (IPARDES, 1989: 135-139). Por fim, o candidato neyista Ivo

Arzua (PDC) derrotou Carlos Alberto Moro (PTB) e elegeu-se o novo prefeito de Curitiba.

As eleições de 1962, em nível estadual, comprovam que o governador Ney Braga havia se consolidado como o principal e mais prestigioso líder político do Paraná naquele contexto. Por consequência, o PDC obteve um crescimento meteórico, quadruplicando a sua bancada e passando a rivalizar com o PTB pelo posto de maior partido político do estado. Outro partido que obteve um significativo crescimento foi a UDN, que, se recuperando do mau desempenho na eleição anterior, reconquistou as seis cadeiras perdidas em 1958.

Portanto, o pleito de 1962 foi amplamente favorável a Ney Braga, uma vez que o PDC conquistou 12 cadeiras e a UDN oito, totalizando vinte, contra apenas sete do PSD. Embora o PTB também tivesse conquistado doze cadeiras, o reequilíbrio das forças possibilitaria ao governador não ser mais tão dependente do apoio dos petebistas. Dessa forma, Ney Braga não se mostrava mais disposto a atender às inúmeras exigências dos trabalhistas e o rompimento passou a ser iminente, sendo oficializado no dia 9 de março de 1963 (*Gazeta do Povo*, 10 mar. 1963: 3). Entretanto, na prática o PTB não chegou a empreender uma oposição sistemática a Ney Braga. Com exceção de Waldemar Daros, Walter Pecoits e Leon Naves Barcelos, que faziam ampla oposição ao governo, os demais deputados petebistas adotaram uma posição mais branda, porém independente.

O governo João Goulart e as repercussões do golpe civil-militar de 1964 no Paraná

Após as eleições de outubro de 1962, as atenções políticas voltaram-se para a realização do plebiscito de 6 de janeiro de 1963, que definiria se o país continuaria sob o sistema parlamentarista ou regressaria ao presidencialismo. Porém, não eram somente os trabalhistas e os setores nacionalistas e reformistas que desejavam a volta do presidencialismo, pois apenas os segmentos antijanguistas (sobretudo os udenistas e alguns setores militares) insistiam em defender a continuidade da emenda parlamentarista, que se encontrava em descrédito em virtude das sucessivas crises ministeriais que marcaram o ano de 1962. No Paraná, os únicos partidos que defendiam a continuidade do parlamentarismo eram a UDN e o Partido Libertador (PL).

No dia 6 de janeiro de 1963, após uma intensa campanha contra o regime parlamentarista, cerca de 13 milhões de eleitores compareceram às urnas. Numa

proporção de cinco votos para um, rejeitou-se o parlamentarismo (TOLEDO, 1983: 38-39). No Paraná, o presidencialismo venceu com ampla margem de votos em praticamente todas as cidades, exceto em Medianeira e Matelândia, pequenas cidades localizadas na região oeste do estado, onde o PL exercia grande influência política (*Diário do Paraná*, 8 jan. 1963: 1).

Após a volta do presidencialismo, no primeiro semestre de 1963 o projeto de governo de João Goulart ancorou-se no Plano Trienal, formulado por Celso Furtado, ministro extraordinário do Planejamento. Porém, Jango viu o Plano Trienal sucumbir ainda no primeiro semestre de 1963, o que o levou a realizar uma reforma ministerial em junho. Assim, em substituição ao petebista Almino Affonso, Jango nomeou em junho para a pasta do Trabalho o senador (e vice-presidente do PTB do Paraná) Amaury Silva, um “pragmático-reformista” de tendências mais moderadas do que seu antecessor.

Segundo José Pedro Kunhavalik (2004: 303), o relativo apoio de Ney Braga ao governo federal levou Goulart a ceder um ministério para o Paraná – e o escolhido foi um membro do PTB paranaense. Presidente nacional do PDC, Ney Braga também foi consultado sobre a nomeação de um ministro pedecista, cujo escolhido foi o deputado federal pelo PDC paulista Paulo de Tarso, que assumiu o Ministério da Educação e Cultura.

Ainda segundo Kunhavalik (2004: 309), em julho de 1963 Ney Braga também indicou a Goulart a nomeação do seu secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, para a presidência do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Porém, como Jango não queria fortalecer Ney Braga em detrimento do PTB, nomeou o senador (e presidente do PTB paranaense) Nelson Maculan para o cargo. Conforme o autor, a nomeação de Maculan somada à rejeição de Goulart em nomear Queiroz Filho, do PDC, à embaixada brasileira na Iugoslávia, além das nomeações nos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), que favoreciam o PTB em detrimento do PDC, determinaram o afastamento de Ney Braga de Jango.

Naquele contexto em que o PDC e o PTB disputavam a hegemonia política no estado, Ney Braga disse que “a nomeação de Nelson Maculan para a presidência do IBC obedecia a um esquema político visando à sucessão estadual de 1965”, “ressaltando que o presidente da República tem demonstrado interesse no fortalecimento do seu partido com as nomeações dos senadores Maculan para o IBC e Amaury Silva para o ministério

do Trabalho”. E acrescentou: “havia fortalecido um candidato provável ao governo do Estado; agora está fortalecendo o outro” (Cf. *Diário do Paraná*, 18 jul. 1963: 3).

Também no segundo semestre de 1963, a crise econômica e política acentuava-se em nível nacional. No Paraná, Ney Braga já se mostrava cada vez mais distante de Jango. Na Convenção Estadual do PDC, realizada no final de novembro e início de dezembro de 1963, Ney Braga o atacou: “considerando que as dificuldades pelas quais passam o Brasil e o Paraná se devem ao mau governo da União”, afirmou: “eu não sabia que o Jango era tão ruim assim” (*O Estado do Paraná*, 1 dez. 1963: 4). Era o indício do rompimento entre Ney Braga e Jango, oficializado em dezembro de 1963. Após romper com Jango, Ney Braga estreitou relações com os governadores conspiradores Carlos Lacerda (UDN), da Guanabara, José de Magalhães Pinto (UDN), de Minas Gerais, Adhemar de Barros (PSP), de São Paulo e Ildo Meneghetti (PSD), do Rio Grande do Sul, entre outros.

Isolado politicamente, Goulart, no final de 1963, optou pela reaproximação com as organizações à esquerda e pela adoção de medidas nacionalistas e de cunho reformista. Ao mesmo tempo, os grupos golpistas civis e militares aceleraram a conspiração em marcha, sobretudo após o “comício das reformas”, realizado no dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Durante o emblemático comício, Jango se comprometeu por um programa máximo de reformas de base.

No dia 15 de março de 1964, Goulart enviou ao Congresso a sua última Mensagem Presidencial, na qual solicitava a realização das reformas mediante uma ampla revisão constitucional e reformas constitucionais que aumentaram as suspeitas dos conservadores quanto aos possíveis planos golpistas do governo – sobretudo no que tange a anular os impedimentos constitucionais em vigor quanto à reeleição e abrir caminho para a eleição de parentes consanguíneos, o que, na prática, favoreceria tanto o continuísmo de Goulart pela via eleitoral quanto a eleição de Brizola, seu cunhado (D’ARAÚJO, 1996: 156).

Portanto, o comício do dia 13 e a Mensagem Presidencial de Jango ao Congresso alarmaram políticos e militares, que reagiram com fortes críticas a Jango. Na Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 19 de março de 1964, o deputado udenista João Vargas de Oliveira declarou que estava “proclamada a República sindicalista no Brasil” (Cf. *Diário do Paraná*. 20 mar. 1964: 3). No mesmo dia, Ney Braga também teceu duras críticas ao presidente (Cf. *Diário do Paraná*. 20 mar. 1964: 3). No dia seguinte (20 de março), na Assembleia Legislativa, Haroldo Leon Peres, o líder da

bancada udenista, fez moção de apoio às declarações de Ney Braga, sendo endossado pelas bancadas do PSD, PDC, UDN, PR, PRP, PTN e PRT. A bancada do PTB, isolada, retirou-se do plenário para não participar da votação (Cf. *Gazeta do Povo*, 21 mar. 1964: 3).

Por outro lado, os setores conservadores civis, eclesiásticos e militares passaram a fazer forte campanha contra Goulart, difundindo que o comício do dia 13 era um indício que o governo havia começado sua escalada para a implantação do regime comunista no país. Assim, sob a bandeira do anticomunismo, da defesa da fé religiosa, da moral e propriedade privada, cerca de 400 a 500 mil pessoas saíram pelas ruas de São Paulo, no dia 19 de março de 1964, na famosa manifestação conhecida como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, na qual protestavam contra o governo de Jango e “pedindo que Deus e os militares salvassem o Brasil do comunismo” (TOLEDO, 1983: 99). Segundo Caio Navarro de Toledo (1983: 99-100), as Marchas da Família com Deus pela Liberdade tinham o propósito de criar um clima favorável à intervenção militar, bem como incitar as Forças Armadas ao golpe de Estado³².

Dessa forma, conforme Rodrigo Patto Sá Motta (apud FERREIRA, 2011: 454), no final de março as condições para a deposição do presidente estavam dadas, “faltando apenas a fagulha, o elemento para detonar o mecanismo golpista e empurrar à ação os que ainda hesitavam ante a hipótese de rompimento institucional”. E o elemento detonador foi a rebelião dos marinheiros e fuzileiros navais, ocorrida no dia 25 de março, que contou com o apoio e o incentivo das esquerdas³³. Esse episódio aumentou o

³² Durante o mês de março, manifestações dessa natureza se repetiram em diversas capitais do país. Em Curitiba, o evento foi rebatizado de “Marcha a favor do ensino livre”. Realizado no dia 24 de março, cerca de 30 mil pessoas protestaram contra a “comunização do ensino e a encampação dos colégios particulares”, se dirigindo ao Palácio Iguazu, onde o governador Ney Braga discursou em apoio aos manifestantes (Cf. *Diário do Paraná*, 25 mar. 1964: 1).

³³ No dia 25 de março, mais de 1000 marinheiros e fuzileiros navais reuniam-se no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, a fim de comemorar o segundo aniversário da proibida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Como o encontro havia sido proibido pelo ministro da Marinha Sílvio Mota, o mesmo o considerou uma subversão à hierarquia militar e enviou ao local um destacamento de fuzileiros navais para prender os organizadores da reunião. No entanto, Goulart proibiu que as tropas atacassem o sindicato, o que deixou os oficiais da Marinha indignados e levou o ministro Sílvio Mota a renunciar ao cargo. Goulart também enviou Amaury Silva, ministro do Trabalho, para negociar com os marinheiros, que foram convencidos a se entregar. Levados presos a um quartel, poucas horas depois foram anistiados pelo novo ministro da Marinha, o almirante Paulo Márcio Rodrigues, presidente do Tribunal Marítimo, homem de esquerda e de confiança do CGT. A sublevação dos marinheiros, a anistia e a nomeação de um novo ministro atingiram a alta oficialidade das Forças Armadas como uma “verdadeira bomba”. O Clube Militar e o Clube Naval denunciaram com veemência o “ato de indisciplina acobertado pela autoridade constituída, destruindo o princípio da hierarquia” (Cf. FERREIRA, 2003c: 387-391).

número de “descontentes”, que ingressariam ao lado dos conspiradores, sob a liderança do Marechal Humberto Castelo Branco.

Conforme Thomas Skidmore (1982: 361-362), naqueles dias o Marechal Castelo Branco dissera aos conspiradores civis que a demissão do ministro da Marinha seria o sinal para a deposição de Jango. A partir de agora, o golpe tinha data marcada: 2 de abril. Nesse dia, estava prevista uma grande “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” no centro da Guanabara. Calculava-se que essa manifestação daria a suficiente “cobertura política” para a intervenção militar.

Porém, o golpe, que vinha sendo arquitetado por conspiradores civis e militares, foi “antecipado” pelo governador mineiro Magalhães Pinto, com a adesão de outros governadores, como Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti e Ney Braga, entre outros. Embora a participação de Ney Braga seja pouco mencionada, o governador paranaense esteve envolvido direta e “silenciosamente” no golpe. No dia 30 de março, ele esteve em Belo Horizonte, onde se reuniu por cinco horas com o governador Magalhães Pinto para discutir a “situação nacional”. Retornando a Curitiba no mesmo dia, imediatamente se reuniu, durante horas, com seu secretariado. Em seguida, divulgou um manifesto de solidariedade à Marinha, “em defesa das instituições democráticas e contra a indisciplina e a subversão da ordem” (*Diário do Paraná*, 31 mar. 1964: 3).

Segundo José Pedro Kunhavalik (2004: 319), no mesmo dia 30 Ney Braga enviou Jucundino Furtado, secretário da Educação, a Porto Alegre para transmitir a Ildo Meneghetti informações acerca da conversa que tivera com Magalhães Pinto. Ainda nesse dia, esteve também reunido com o General Dario Coelho, comandante em exercício da 5ª Região Militar. Conforme José Carlos Dutra (2004: 198), na conversa que teve com o General Coelho, Ney Braga manifestou-se simpático ao movimento que se desencadearia em Minas Gerais, entregando-lhe uma carta escrita pelo General Guedes, na qual pedia sua adesão ao movimento. Posteriormente, permaneceu em vigília no Palácio Iguazu até a madrugada.

No dia 31 de março, as tropas do General Olímpio Mourão Filho deram início ao golpe, marchando de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro. No mesmo dia, o governador Ney Braga, sabendo do golpe em marcha, manteve-se no Palácio Iguazu, realizando vários contatos telefônicos com os governadores Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti e Celso Ramos. No mesmo dia, os Bispos do Paraná lançam um manifesto

criticando o comunismo e apoiando as Forças Armadas e o Congresso Nacional (KUNHAVALIK, 2004: 320-321).

O Gen. Dario Coelho, comandante em exercício da 5ª Região Militar³⁴ (Paraná e Santa Catarina), aderiu ao golpe e convocou todos os oficiais que serviam em Curitiba para uma reunião, “onde confirmou a informação de que se tratava de um movimento militar contra o comunismo, a corrupção e a quebra da disciplina e indagou-os sobre de qual lado estavam. A adesão foi quase total e os que não aderiram foram presos” (DUTRA, 2004: 198).

Portanto, o apoio de Dario Coelho³⁵ às tropas mineiras e paulistas significou uma importante defecção no III Exército, com sede no Rio Grande do Sul. A partir de então, todas as unidades militares do Paraná e Santa Catarina foram retiradas da subordinação a Porto Alegre e passaram a integrar o II Exército, sob o comando do Gen. Amaury Krueel.

Por sua vez, a Assembleia Legislativa do Paraná também estava aguardando o desenrolar dos fatos. Nesse momento, a bancada petebista foi a única que se manteve solidária a João Goulart, enquanto a bancada udenista, por meio do seu líder, Haroldo Leon Peres, tecia duras críticas ao presidente e elogiava a atitude do governador mineiro Magalhães Pinto (Cf. GAZETA DO POVO, 1 abr. 1964: 3).

Contudo, na manhã do dia 1º de abril de 1964, Goulart percebeu que estava condenado. Com as tropas mineiras e paulistas marchando ao Rio de Janeiro e com as defecções no I Exército, o presidente deixou o Palácio Laranjeiras. A notícia de que Goulart deixara o Rio de Janeiro rumo a Brasília foi interpretada pelos setores civis e militares golpistas como a capitulação do presidente (FERREIRA, 2003c: 398).

No Paraná, nesse clima de comemorações, na noite do dia 1º de abril Ney Braga fez um discurso – transmitido pelas emissoras de rádio e televisão – no Palácio Iguazu, onde se encontravam milhares de pessoas, no qual disse “que se considerava um democrata, criticou o perigo comunista e afirmou que Goulart estava ameaçando o regime, mas que agora o Brasil estava livre e que nele vingará a democracia cristã” (Cf. GAZETA DO POVO, 2 abr. 1964: 1). Sem dúvida, o discurso de Ney Braga é uma “confissão” da sua participação na conspiração, que vinha sendo articulada por vários governadores, juntamente com setores militares, já há algum tempo.

³⁴ A 5ª Região Militar era comandada pelo Gen. Silvino Castor da Nóbrega, que era aliado de João Goulart e encontrava-se no Rio de Janeiro. Mais detalhes, ver: DUTRA (2004).

³⁵ Posteriormente, o governador Ney Braga elogiou publicamente a atuação do Gen. Dario Coelho. Cf. *Diário do Paraná*, 2 abr. 1964: 3.

Em Brasília, Jango ficou poucas horas, partindo em seguida para Porto Alegre. No mesmo dia, o Congresso aprovou a declaração de vacância da Presidência da República. Na madrugada do dia 2 de abril, Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, era empossado como presidente da República, mesmo com Jango em território nacional (TOLEDO, 1983: 106). No Rio de Janeiro, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, programada para o dia 2 de abril, foi rebatizada como “Marcha da Vitória”, levando às ruas cerca de um milhão de pessoas que comemoraram a “salvação do Brasil do comunismo”. Enquanto isso em Porto Alegre, o General Ladário Teles, comandante do III Exército, e Brizola tentavam convencer Jango da necessidade da resistência armada. Porém, Goulart optou por não resistir e partiu para São Borja, rumando ao exílio no Uruguai no dia 4 de abril (FERREIRA, 2003c: 399).

Portanto, o golpe civil-militar de 1964 encontrou poucas resistências, sagrando-se vitorioso com facilidade. As explicações para seu êxito são as mais variadas e já foram amplamente discutidas pela historiografia brasileira. Após a consumação do golpe tiveram início as perseguições às principais lideranças nacionalistas e reformistas, oficiais e subalternos das Forças Armadas, líderes sindicais, comunistas, estudantes e demais lideranças progressistas, que eram enquadrados como “subversivos”. Porém, convém lembrar que as perseguições não se restringiram somente às questões políticas, uma vez que muitas foram motivadas por revanchismo e desavenças pessoais.

No dia 9 de abril de 1964, o governo militar decretou o Ato Institucional nº 1 (AI-1) que, entre outras coisas, reforçou o Poder Executivo e reduziu o campo de ação do Congresso, estabeleceu a eleição de um novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional e suspendeu as imunidades parlamentares, dando início à série de cassações de mandatos e suspensões dos direitos políticos por dez anos – com o objetivo de “limpar” o Congresso dos parlamentares acusados de subversão ou de corrupção.

O AI-1 inicialmente cassou os mandatos de 40 parlamentares e suspendeu por dez anos os direitos políticos de outros 66 cidadãos. Dentre os cassados estavam João Goulart, Leonel Brizola, Francisco Julião, Miguel Arraes, Jânio Quadros, Luís Carlos Prestes, Darcy Ribeiro além de outros nacionalistas e reformistas de outros partidos. Na lista também constavam o ex-governador Moysés Lupion (PSD, acusado de corrupção), que era suplente de deputado federal, e o senador Amaury de Oliveira e Silva, vice-presidente do PTB paranaense e ex-ministro do Trabalho de Jango (GAZETA DO POVO, 11 abr. 1964: 1).

No dia 14 de abril ocorreu mais uma série de cassações de mandatos e direitos políticos. Dentre os paranaenses cassados estavam o deputado federal João Simões (PSD, acusado de corrupção) e alguns petebistas paranaenses, como tenente-coronel Humberto Molinaro, os deputados estaduais Waldemar Daros e Walter Pecoits (ambos integravam a ala reformista do partido e eram opositores de Ney Braga) (GAZETA DO POVO, 15 abr. 1964: 1).

Em 7 de junho de 1964 houve mais uma série de cassações, dentre elas as do ex-presidente Juscelino Kubitschek (acusado de ter se enriquecido durante sua vida pública) e dos deputados estaduais petebistas Leon Naves Bachelos e Luiz Alberto Dalcanale, além do deputado estadual nacionalista Almir Moreira Passos (UDN) (GAZETA DO POVO, 9 jun. 1964: 1).

Portanto, a primeira fase de cassações no Paraná alvejou, sobretudo, os deputados que imprimiam forte oposição ao governador Ney Braga – caracterizando-se, assim, como revanchismo político e pessoal³⁶. Posteriormente, durante os anos da ditadura militar, inúmeros outros parlamentares e cidadãos paranaenses tiveram seus mandatos e direitos políticos cassados.

O contexto político pós-golpe: a consolidação do neysmo e as eleições de 1965 no Paraná

Consumado o golpe civil-militar, o Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco (o nome definido tanto pelo comando militar quanto pelos governadores) foi eleito indiretamente como o novo presidente da República no dia 11 de abril de 1964 (sendo empossado no dia 15 de abril e, inicialmente, com mandato até 31 de janeiro de 1966). Em retribuição ao apoio recebido de Ney Braga, Castelo Branco concedeu ao governador paranaense a indicação de um ministério para o Paraná. Ney indicou Flávio Suplicy de Lacerda, então reitor da Universidade do Paraná e grande defensor da “revolução”, para assumir o ministério da Educação e Cultura. Também por influência de Ney, Leônidas Lopes Borio, então presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), é indicado para assumir a presidência do IBC (KUNHAVALIK, 2004: 324).

Portanto, no âmbito da política paranaense, o golpe civil-militar fortaleceu amplamente Ney Braga e enfraqueceu muito o seu principal oponente, o PTB

³⁶ Ver as entrevistas dos cassados em HELLER (2000).

paranaense, que procurou se reestruturar no segundo semestre de 1964. Assim, uma das primeiras decisões do partido foi manter-se em oposição a Ney Braga (Cf. GAZETA DO POVO, 19 jun. 1964: 3).

Também ao longo do segundo semestre de 1964 configurou-se a possibilidade de ser articulada uma grande coalizão oposicionista (PR-UDN-PSD-PTB-PRP-PSP) em torno do nome do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto (GAZETA DO POVO, 18 ago. 1964: 3). Já do lado das forças situacionistas dois nomes despontavam, já há algum tempo, como pré-candidatos: de um lado, Afonso Alves de Camargo Netto (presidente estadual do PDC e vice-governador do estado)³⁷; de outro, Paulo Pimentel (secretário de Agricultura), que, inclusive, teve a sua candidatura lançada pelo PTN³⁸ ainda em janeiro de 1964 com o objetivo de forçar o apoio do situacionismo ao seu nome (KUNHAVALIK, 2004: 325-326).

Na Convenção do PDC, realizada no início de maio de 1965, Ney Braga utilizou todo o seu prestígio político em favor da candidatura de Paulo Pimentel, que venceu a disputa com Afonso Camargo Netto. Dessa forma, Paulo Pimentel (PTN-PDC) foi lançado como o candidato da situação à sucessão estadual. No entanto, o PDC não ficou coeso em torno da candidatura de Pimentel, uma vez que Afonso Camargo Netto, ressentido com o apoio que Ney Braga dera a Pimentel (que sequer tinha vínculos com o PDC), rompeu com o governador e passou a apoiar a candidatura do seu tio Bento Munhoz da Rocha Neto (KUNHAVALIK, 2004: 329-330).

Dessa forma, configuraram-se duas candidaturas ao governo do Paraná em 1965: do lado oposicionista, o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto (PR-PTB-PSP-PRP-PST), inimigo político de Ney Braga; do lado situacionista, Paulo Pimentel (PTN-PDC-PL). Já a UDN e o PSD mostraram-se bastante divididos e ambos os partidos não aderiram oficialmente a nenhuma das duas candidaturas³⁹.

³⁷ Em 21 de fevereiro de 1964, a Assembleia Legislativa criou o cargo de vice-governador. No dia 26 de fevereiro foi eleito, pela Assembleia, o primeiro vice-governador do Paraná (Cf. DIÁRIO DO PARANÁ, 27 fev. 1964: 1 e 3).

³⁸ De acordo com José Pedro Kunhavalik (2004: 325), Paulo Pimentel não era integrante do PDC, mas tinha vinculações com a UDN do norte do estado. Estrategicamente, Pimentel, sabendo a força de Afonso Camargo Netto no interior do PDC, evitou sua filiação por esse partido e articulou a sua candidatura por uma sigla menor, o PTN, presidido pelo deputado estadual Aníbal Khuri.

³⁹ Contudo, a maior parte dos udenistas hipotecou o seu apoio a Paulo Pimentel, ao passo que os pessedistas dividiram-se em torno de Pimentel e Bento, uma vez que os dois candidatos tinham como vices em suas respectivas chapas membros do PSD: Plínio Franco Ferreira da Costa foi o vice de Pimentel, enquanto Rafael Resende foi o vice de Bento.

Nas eleições de 3 de outubro de 1965⁴⁰, Paulo Pimentel sagrou-se o novo governador paranaense, obtendo 51,1% dos votos contra 45,1% de Bento Munhoz da Rocha Neto (IPARDES, 1989: 11). Com a vitória de Pimentel, Ney Braga consolidou a sua força política no Paraná e, gozando de grande prestígio em nível nacional, foi convidado pelo Mal. Castelo Branco a assumir o Ministério da Agricultura no final de 1965⁴¹.

Por outro lado, outros dois importantes governadores conspiradores, Magalhães Pinto, em Minas Gerais, e Carlos Lacerda, na Guanabara, não conseguiram eleger os seus sucessores. As vitórias de Israel Pinheiro da Silva (PSD), em Minas Gerais, e Francisco Negrão de Lima (PSD), na Guanabara, representaram uma séria derrota ao regime militar. Em resposta, os militares decretaram, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que, entre outras coisas, estabeleceu a eleição indireta para a presidência da República e extinguiu os partidos políticos existentes no país, dando início ao bipartidarismo. Assim, surgiram, de um lado, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao regime; de outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida e controlada.

Considerações Finais

Durante a vigência do período pluripartidário de 1945-1965 no Paraná pode-se constatar que o PTB foi o partido que mais cresceu eleitoralmente no estado, passando a rivalizar com o PSD, ao longo da década de 1950, o posto de principal força política no Paraná.

Por sua vez, o PSD paranaense, que nasceu solidamente estruturado, foi um partido que obteve bons resultados eleitorais, inclusive elegendo Moysés Lupion (o principal líder do partido) ao governo do Paraná em duas oportunidades (nas eleições de 1947 e 1955).

De uma maneira geral, pode-se dizer que o Paraná esteve polarizado politicamente em dois grupos políticos ao longo da década de 1950. De um lado,

⁴⁰ As eleições de 3 de outubro de 1965, nas qual seriam eleitos os novos governadores de 11 estados, foram as últimas eleições diretas aos governos estaduais, uma vez que o Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 5 de fevereiro de 1966, estabeleceu que as próximas eleições seriam indiretas. As eleições diretas para os governos estaduais só retornaram em 1982.

⁴¹ Convém lembrar que Ney Braga desempenhou um papel de destaque nos governos militares, ocupando os cargos de Ministro da Agricultura (1965-1966) do governo Castelo Branco, senador (1966-1974), Ministro da Educação do governo Geisel (1974-1978) e novamente governador do Paraná (1978-1982) – desta vez eleito de forma indireta.

estavam os lupionistas, que englobava a maior parte do PSD e uma ala do PTB; de outro, estavam os antilupionistas, que aglutinava, sobretudo, políticos da UDN, do PTB, do PR, do PRP e do PDC.

Embora a UDN e o PTB tenham apoiado Moysés Lupion nas eleições de 1947, os dois partidos romperam posteriormente com o pessedista e passaram a lhe fazer oposição. Em particular a UDN, que era o terceiro principal partido do estado, tornou-se uma ferrenha opositora de Lupion, inclusive desempenhando um papel de destaque nos ataques ao seu governo, sobretudo a partir da Revolta dos Posseiros de 1957. Aliás, convém lembrar que os escândalos que abalaram o segundo governo de Lupion (1956-1961) foram determinantes para a *débâcle* do lupionismo no Paraná no início da década de 1960.

Durante a década de 1950 também merece destaque o PR, liderado por Bento Munhoz da Rocha Neto, eleito governador em 1950. Adotando uma posição antilupionista, o PR consolidou-se com a quarta principal força política do Paraná.

Ademais, também convém ressaltar que a aliança PSD-PTB, que caracterizou a política nacional na segunda metade da década de 1950, não se configurou no Paraná, uma vez que os dois partidos rivalizavam pelo posto de principal força política do estado.

Contudo, a partir do final da década de 1950 houve a ascensão meteórica do Partido Democrático Cristã (PDC) no Paraná. Liderado pelo ex-prefeito de Curitiba Ney Braga (que se elegeu o segundo deputado federal mais votado no estado em 1958 e governador em 1960), no início da década de 1960 o PDC passou a rivalizar com o PTB o posto de principal força política do Paraná.

No entanto, após o golpe civil-militar de março/abril de 1964, o PTB do Paraná sofreu um duro golpe, inclusive tendo alguns de seus membros cassados. Desse modo, o golpe de 1964 enfraqueceu o PTB paranaense e consolidou a liderança política de Ney Braga no Paraná, tornando-o um político conhecido nacionalmente durante o período de vigência da ditadura militar no país.

Por fim, convém destacarmos que, durante a vigência do pluripartidário de 1945-1965, o Paraná se caracterizou por ser um estado politicamente conservador, pois não houve nenhuma mulher eleita deputada estadual ou federal, senadora ou governadora⁴²,

⁴² Embora Rosy de Macedo Pinheiro Lima (UDN) seja considerada a primeira deputada no Paraná, convém lembrar que ela foi eleita como primeira suplente udenista para a Assembleia Legislativa nas eleições de 1947.

assim como também foram raros os afro-brasileiros eleitos neste período⁴³. Soma-se a isso o fato do discurso anticomunista e católico ter muita repercussão no estado, sobretudo em períodos eleitorais.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (Orgs.). *Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná*. Curitiba: UFPR, 2008.

COLNAGHI, Maria Cristina. O processo político de ocupação do sudoeste. In: PAZ, Francisco Moraes (Org.). *Cenários de economia e política*: Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991.

COSTA, Samuel Guimarães. *História política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994, v. 2.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 22, 2004.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: ____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a, v. 3.

⁴³ Salvo engano, o único parlamentar afro-brasileiro eleito no Paraná foi Justiniano Clímaco da Silva. Em 1947, o médico residente em Londrina foi eleito deputado estadual pelo PSD.

____. Crise da República: 1954, 1955 e 1961. In: ____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b, v. 3.

____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003c, v. 3.

____. *João Goulart: uma biografia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FLEISCHER, David V. Dimensões do recrutamento partidário. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, v. I.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles G. *Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

IPARDES. *Resultados eleitorais: Paraná (1945-1982)*. Curitiba: IPARDES, 1989.

KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004.

MAGALHÃES, Marion B. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001.

SAMPAIO, Regina. O Partido Social Progressista em São Paulo. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, v. I.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Gláucio A. D. Formação dos partidos nacionais. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIANNA, Luiz Werneck. O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981.

Jornais Pesquisados:

Diário da Tarde. Curitiba, 1945 a 1965.

Diário do Paraná. Curitiba, 1945 a 1947 e 1955 a 1965.

Diário Popular. Curitiba, 1946 a 1948.

Gazeta do Povo. Curitiba, 1945 a 1965.

O Dia. Curitiba, 1945 a 1961.

O Estado do Paraná. Curitiba, 1951 a 1965.

Tribuna do Paraná. Curitiba, 1956 a 1965.

Data de recebimento: 26/08/2015.

Data de aceite: 19/01/2016.